



PODER JUDICIÁRIO  
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
PRSTM/SECSTM/DITIN/COTEC

## DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA - DOD

DEMANDA PREVISTA NO PAC ( X )	DEMANDA NÃO PREVISTA NO PAC ( )
Assinale a alternativa abaixo, após a verificação junto às Unidades responsáveis:	
( X ) DECLARO QUE <b>NÃO HÁ</b> O OBJETO PLEITEADO DISPONÍVEL NO ALMOXARIFADO (Consulte: Ramais 188, 635, 153, 7414 - SEMAT)	
( X ) DECLARO QUE <b>NÃO HÁ</b> CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS VIGENTE QUE CONTEMPLE O OBJETO PLEITEADO (Consulte aos Contratos e Atas de Registro de Preços vigentes <a href="#">AQUI</a> )	
A AQUISIÇÃO CONSTA NA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE/ ACESSIBILIDADE DESCRITO NO ANEXO 2636906, DA ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA? (Consulte: Ramais 7409 ou (61) 991.543.724 - <i>whatsapp</i> )	
( ) Sim	
(X) Não	
Eventuais dúvidas sobre a instrução processual e documentos preparatórios, poderão ser sanadas, em consulta à Seção de Compras e Apoio ao Requisitante (SECAR), por meio dos ramais 341, 181, 674 e 421.	
Caso a demanda esteja relacionada à aquisição de software de prateleira / escritório, realizar consulta prévia na CATEN/SEGAM, por meio dos ramais 385 ou 613, a fim de verificar alternativa/disponibilidade de software que atenda à demanda ou de processo de contratação em andamento.	
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA</b>	
Contratação de solução de segurança para gerenciamento de identidades e acesso, incluindo suporte técnico e atualização tecnológica do fabricante.	
<b>2. NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA:</b>	
A Justiça Militar da União (JMU) passou a integrar o Poder Judiciário a partir da Constituição de 1934 e seus julgamentos seguem a mesma sistemática do Judiciário Brasileiro. Na condição de serviço público, a JMU submete-se também ao Princípio da Continuidade, também conhecido como Princípio da Permanência, o qual veda a estas instituições a opção pela interrupção de suas atividades em face dos potenciais prejuízos para o cidadão e para a sociedade. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988	

em seu § 6º do artigo 37, determina que “[...] pessoas jurídicas de direito público [...] responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

Considerando o princípio da continuidade, e na esteira da invasão sofrida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em novembro de 2020, o Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira dos tribunais, manifestou-se na Resolução nº 396 para consolidar estratégia de segurança, a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ). O documento, que abrange todos os Tribunais Nacionais, visa que tais tribunais busquem ações para elevar o nível da segurança cibernética do ecossistema digital do Poder Judiciário brasileiro. Entre outras medidas, a Resolução CNJ nº 396/2021 tornam obrigatórias ações dos Tribunais no sentido de remover ou mitigar riscos de que ataques como o perpetrado contra o STJ, não voltem a prejudicar a prestação jurisdicional ao ponto de interromper suas atividades.

Assim sendo, uma solução de gerenciamento de identidades e acesso mostra-se essencial para a garantia dos requisitos de confidencialidade, disponibilidade e integridade das informações custodiadas pelo Tribunal, condição indispensável à continuidade do negócio e ao cumprimento de seus propósitos institucionais. Em resumo, a presente contratação visará:

Prover gerenciamento único de contas e identidades privilegiadas por meio de cofre de senhas, responsável pela geração, revogação, versionamento, armazenamento e controle de credenciais de acesso;

Prover controle de sessões privilegiadas por meio de proxy de conexão, capaz de monitorar e auditar acessos remotos;

Implementar modelo administrativo de privilégios mínimos no acesso a ativos de tecnologia, incluindo o controle de aplicativos, monitoramento de serviços e filtragem de comandos;

Prover rápida identificação, contenção e erradicação de ameaças em sessões privilegiadas;

Prover monitoramento em tempo real por meio da coleta, análise e monitoramento de logs gerados em acessos privilegiados, essenciais à correta detecção, classificação e priorização de incidentes de segurança.

### **3. RESULTADOS ESPERADOS COM A CONTRATAÇÃO:**

#### **3.1. Dentre os benefícios, destacam-se:**

3.1.1. Tornar o ambiente do STM mais seguro e inclusivo no ambiente digital;

3.1.2. Aumentar a resiliência às inevitáveis ameaças cibernéticas;

3.1.3. Estabelecer governança de segurança cibernética;

3.1.4. Fortalecer a gestão integrada de ações de segurança cibernética; e

3.1.5. Permitir a manutenção e continuidade dos serviços, ou o seu restabelecimento em menor tempo possível, na eventualidade de algum incidente.

3.1.6. Atender ao art. 29, da Resolução CNJ nº 396/2021, quanto à implementação da gestão de usuários de sistemas informatizados composta de: gerenciamento de identidades, gerenciamento de acessos; e gerenciamento de privilégios.

### **4. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DEMANDANTE:**

Área Requisitante: Coordenadoria de Tecnologia - COTEC

Responsável: Wilson Marques de Souza Filho	Telefone: 61 3313-9422	E-mail: wmf@stm.jus.br
--	------------------------	------------------------

## 5. IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE DEMANDANTE

Nome: Wilson Marques de Souza Filho	Matrícula: 744
Cargo: Coordenador da COTEC	Lotação: DITIN/COTEC
E-mail: wmf@stm.jus.br	Telefone: 61 3313-9422

Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE DEMANDANTE definidas na Resolução CNJ, que trata das contratações de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Poder Judiciário, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.

## 6. IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Nome: Luis Gustavo Costa Reis	Matrícula: 7388
Cargo: Analista Judiciário	Lotação: DITIN/NUGAD
E-mail: luisg@stm.jus.br	Telefone: 61 3313-9165

Por este instrumento, declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE ADMINISTRATIVO definidas na Resolução CNJ, que trata das contratações de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Poder Judiciário, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.

## 7. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (quando aplicável):

<b>Objetivo:</b> Fortalecer a governança e a segurança de dados e informações.	<b>Estratégia:</b> Compatibilizar a infraestrutura e as soluções de TIC às necessidades da JMU.
--	---

**Iniciativa:** Aperfeiçoar a gestão e a proteção de dados e informações.

A contratação é uma das ações do projeto **Serviços de Segurança em Camadas** presente no PDTIC (2022/2023).

## 8. FONTE DE RECURSO

( ) PREVISTO NO PLANO DE AÇÃO DA UNIDADE (recursos externos à DITIN)

(X) PREVISTO NO PLANO DE AÇÃO DA DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Eventuais dúvidas sobre o preenchimento dos dados orçamentários, poderão ser sanadas, em consulta ao Núcleo de Gestão Administrativa (NUGAD), por meio dos ramais 165 e 651.

<b>Programa de Trabalho:</b>	SEG0
<b>Elemento(s) de Despesa:</b>	3.3.90.40
<b>9. ENCAMINHAMENTO AO DIRIGENTE DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>	
Submeto o Documento de Oficialização da Demanda a Vossa Senhoria, para análise, indicação do integrante técnico e envio ao Diretor-Geral.	



Documento assinado eletronicamente por **WILSON MARQUES DE SOUZA FILHO**, **COORDENADOR DE TECNOLOGIA**, em 20/03/2023, às 18:07 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.stm.jus.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3113241** e o código CRC **6F6378EB**.

3113241v7

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>